

Fernando Molica

Maduro é o novo kit gay da direita

Ao tentar transformar Nicolás Maduro num mote para a campanha de 2026 — uma espécie de reciclagem do kit gay de 2018 —, a direita brasileira faz uma jogada arriscada: ainda é cedo para saber as consequências da decisão de Donald Trump de invadir a Venezuela e não vai ser tão simples convencer a maioria do eleitorado de que há muitas semelhanças entre o ex-ditador e o presidente Lula, por mais que este já tenha defendido o chavismo.

Quando apoia sem restrições a atitude da Casa Branca, a oposição reforça a ideia de que submete interesses do Brasil aos dos Estados Unidos, situação semelhante à ocorrida quando boa parte de seus integrantes comemorou as sanções comerciais impostas pela Casa Branca ao país.

Comemorar a invasão de um país vizinho — por pior e mais opressor que seja seu governo — depõe contra a ideia de nacionalismo, de defesa absoluta do verde e amarelo tão difundida pela direita brasileira.

Ao publicar montagem em que Lula aparece preso por norte-americanos, o deputado Nikolas Ferreira (PL-MG) manifestou aprovar — e até desejar — um eventual ataque ao país pelos Estados Unidos (pior é que a imagem original, com Maduro no centro, também é falsa).

Submissa ao “big stick”, ao grande porrete norte-americano, a oposição reafirma a crença na existência de um grande pai, de um justiceiro capaz de eliminar os pecados do mundo; ideia que faz sentido na lógica religiosa, mas que, aplicada ao mundo real, apenas indica fraqueza, infantilidade e incapacidade de se lidar com os próprios problemas.

A pressa com que lideranças da direita manifestaram apoio ao ataque norte-americano revela também uma dificuldade de se encontrar um discurso popular contra a administração Lula — falar em desequilíbrio fiscal não costuma render votos (fora que a gastança promovida por Jair Bolsonaro em seu

último ano de mandato não dá a seus aliados o direito de cobrar austeridade do Planalto).

A decisão do governo de condenar o ataque à Venezuela abre margem para que receba o carimbo de apoiador de Maduro. Mas não havia outra saída diante da agressão (ainda que Lula até hoje patine ao falar da invasão da Ucrânia pela Rússia). O fato de o Palácio do Planalto não ter reconhecido a vitória do agora presidiário ajuda a amenizar a ligação, ainda que não a afaste de vez.

A tentativa de golpe organizada por bolsonaristas também dificulta associar a esquerda a uma ditadura: foi a direita que atentou contra a democracia. Em seu mandato, Bolsonaro procurou construir um modelo muito parecido com o implantado pelo chavismo, que encher os militares de benesses. Também é difícil dizer que a intervenção dos EUA vai levar democracia ao vizinho: Trump deixou claro que quer saber é do petróleo.

O aplauso à invasão e ao sequestro de Maduro contrasta com a reação cautelosa de boa parte de lideranças internacionais e demonstra uma confiança da oposição brasileira de que, nas próximas semanas, o Trump não vá se enrolar com as consequências do que mandou fazer.

O futuro da Venezuela permanece em suspenso, por mais que se indique a possibilidade de uma tabelinha que garanta uma existência de um governo aceite fazer concessões às petroleiras norte-americanas. Trump deu início ao jogo, mas não tem como controlar suas variáveis.

Nada impede o ocupante da Casa Branca de dobrar sua aposta e de cumprir a promessa de anexar a Groenlândia e de usar a força também contra a Colômbia. Uma escalada na demonstração de poder complicaria ainda mais o discurso de uma direita que, ansiosa para encontrar um rumo, aposta no incerto.

Tales Faria

Tarifa Zero e escala 6x1 nas eleições

Os articuladores políticos do governo acreditam que colocarão a oposição contra a parede neste ano eleitoral de 2026.

A ideia é aproveitar a aproximação do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para aprovar a votação do fim da Jornada de seis dias de trabalho por um dia de descanso e a universalização da Tarifa Zero para transporte urbano em todo o país.

Os dois projetos foram escolhidos como prioridade do governo para 2026. O ministro da Secretaria-Geral, Guilherme Boulos, deverá inflar os temas nos movimentos sociais para que tomem força nas ruas quando esquentar a campanha eleitoral.

No Congresso, a expectativa é de que empresários façam lobby contra os projetos. Mas as duas propostas têm condições de mobilizar estudantes e trabalhadores. Se essas categorias forem às ruas, dificilmente os políticos resistirão.

A estratégia da esquerda é tentar fazer tanto barulho com a Tarifa Zero como foi feito em 2013 com as manifestações contra o aumento da tarifa de ônibus. Um aumento inicial de R\$ 0,20 em São Paulo, repicado em outros estados, provocou protestos por todo o país.

Alimentou um mau humor na população que varou o ano de 2014. Muitos atribuem como motivação inicial para o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff em 2015.

Agora a ideia é usar essa mesma arma contra quem se opuser à adoção da Tarifa Zero e ao fim da jornada 6x1. O deputado Rogério Correia (PT-MG) diz que “até os bolsonaristas vão ter de votar na hora H. Tentarão adiar, mas acabarão votando. Só têm que entrar na pauta”.

Mas o governo também tem interesse em aprovar outros dois textos: o Projeto de Lei (PL) Antifacção e a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da Segurança. A ideia inicial era aprová-los na Câmara no final do ano passado, mas os líderes acabaram adiando para este ano.

A PEC da Segurança primeiro terá que ser aprovada na Comissão Especial. O relatório do deputado Mendonça Filho (União-PE) propõe a criação do Sistema Único de Segurança Pública, como quer o governo, mas traz mudanças no projeto original do Executivo.

O PL Antifacção, aumenta as penas para crimes cometidos por facções criminosas ou milícias e prevê a cobrança de empresas de apostas, conhecidas como bets, para o Fundo Nacional de Segurança Pública. Foi aprovado pelo Senado, mas com mudanças no texto que saiu da Câmara e voltou para a análise dos deputados.

Há, portanto, resistências na Câmara a esses dois textos. Caberá ao governo decidir se cede os anéis para não perder os dedos, ou se vai para a disputa em plenário.

Vivien Mello Suruagy*

Uma reforma tributária que pune quem gera empregos

O ano novo começa com uma má notícia para quem empreende, investe e gera empregos no Brasil. A partir de janeiro, entra em vigor a transição de um dos maiores marcos fiscais da história recente do Brasil: a reforma tributária sobre o consumo. O que se anuncia como modernização ou simplificação do sistema, promessa repetida à exaustão pelos seus defensores, traduz-se, na prática, em expressiva majoração da carga tributária sobre o setor de serviços, o maior empregador do País.

Como se sabe, o novo modelo prevê substituir cinco tributos (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS) por dois novos, a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), além do Imposto Seletivo que incide sobre produtos e atividades consideradas nocivas. A transição será gradual, estendendo-se de 2026 a 2033, com fases de coexistência entre o modelo antigo e o novo, exigindo das empresas adaptações tecnológicas e gerenciais profundas.

Porém, a reforma, que deveria buscar neutralidade e eficiência, representa o risco real de aumentar consideravelmente a tributação dos serviços, nos quais estão a maioria dos empregos que sustentam famílias e impulsionam o consumo e a economia. Segundo especialistas que avaliam os impactos setoriais, empresas que hoje recolhem PIS (0,65%), Cofins (3%) e ISS (média de 5%) poderão ter elevação da carga tributária em cerca de 14%, considerando a soma da CBS e do IBS.

Esse número não é apenas uma abstração contábil. É uma ameaça real à competitividade das empresas de serviços, grandes e pequenas. Em segmentos de baixa intensidade de insumos, o mecanismo de créditos tributários praticamente não compensa o imposto, porque não há o que descontar. Ou seja: o suposto benefício da não cumulatividade simplesmente não se traduz em ganho efetivo para quem presta serviço.

O setor de serviços não é um “ativo distante” na estrutura produtiva do Brasil. Ele responde por cerca de 70% do PIB e pela maior parte dos empregos formais do País. Emprega jovens recém-formados e profissionais experientes; além da garantia de empregos formais, gera tributos e dinamiza outras cadeias produtivas, desde a tecnologia até o varejo. A sobrecarga tributária sobre o setor significa mercado de trabalho em risco e capacidade de investimento comprometida, bem como renda familiar e crescimento econômico limitados.

Para muitas micro e pequenas empresas, a encruzilhada é ainda mais aguda. Embora o novo regime mantenha o Simples Nacional, as opções a partir de 2027, incluindo um sistema híbrido de tributação que envolve IRS e CBS, exigirão simulações complexas e decisões estratégicas que muitos pequenos empresários não estão preparados para fazer sem suporte técnico e custos adicionais consideráveis.

Sim, é verdade que o Brasil precisa de um sistema tributário mais simples e transparente. Entretanto, simplificação não pode significar transferir imposições indevidas para quem menos consegue suportá-las. A promessa de neutralidade, repisada pelos defensores da reforma, não se sustenta diante dos números que começam a sair da avaliação técnica: para o setor de serviços, a conta está ficando mais cara, não mais justa.

Agrava a situação, a recente decisão do Parlamento em incidir um imposto de renda progressivo de 10% sobre dividendos e distribuição de lucros acima de cinquenta mil reais por mês. O resultado é a repetição de uma velha e desgastada fórmula do Estado brasileiro: ampliar ainda mais o já sufocante custo tributário do país, para compensar medidas ditas sociais ou cobrir o rombo fiscal. Nada se fala em fazer o dever de casa de reduzir o custo de Estado.

O governo e o Congresso Nacional não podem entender como pronta e definida a reforma tributária. A partir da entrada em vigor da transição do modelo, resta equacionar a modernização do sistema sem sufocar o maior empregador do País com uma carga de impostos regressiva e desproporcional? Não basta falar em eficiência se, ao final da equação, quem paga mais são os empregadores e, de modo indireto, os trabalhadores do setor de serviços.

A reforma tributária, em sua dimensão mais profunda, não pode criar um sistema discriminatório entre quem suporta o ônus do desenvolvimento, quem paga a conta e quem colhe os frutos. É preciso equilibrar direitos e deveres e estabelecer plena isonomia da carga de impostos entre todos os setores. Se continuarmos nessa trilha de repassar custos crescentes a quem já está no limite, como os serviços, a promessa de um “Brasil mais competitivo” será apenas um slogan bonito.

***Vivien Mello Suruagy é presidente da Federação Nacional de Infraestrutura de Redes de Telecomunicações e Informática (Feninfra).**